

A EXPRESSÃO DE VALORES TEMPORAIS NUMA SEQUÊNCIA NARRATIVA*

*Paulo Nunes da Silva***

A expressão do tempo, no texto, envolve diversas unidades lingüísticas: os tempos verbais, os adverbiais temporais, os conectores com valor temporal e as classes de estados de coisas. Uma análise da temporalidade que se pretenda completa deverá ter em conta o modo como esses elementos interagem para que o destinatário possa formar uma representação mental coerente. No caso particular das seqüências narrativas, o nosso objetivo consiste em verificar quais são os tempos verbais dominantes e explicitar, a partir dos valores semânticos descritos, os seus valores discursivos, contemplando, portanto, as duas dimensões (referencial e textual) do significado dos tempos verbais.

* Agradeço os comentários e sugestões feitos pela Prof.^a Ana Cristina Macário Lopes a uma primeira versão deste artigo. A responsabilidade pelos eventuais lapsos é, todavia, única e exclusivamente minha.

** Professor de Lingüística da Universidade Aberta de Coimbra (Portugal).

Introdução

Propomo-nos, neste artigo, proceder à análise de uma seqüência narrativa, tendo como objetivo descrever a interação entre as diferentes unidades lingüísticas que contribuem diretamente para a expressão do tempo: tempos verbais, adverbiais temporais, classes de estados de coisas e conectores com valor temporal. Na verdade, para descrever adequadamente a temporalidade ao nível textual, é necessário adotar um modelo de análise integrado que dê conta da interação entre os diferentes elementos que nela intervêm.

Do conjunto de conceitos que julgamos fundamentais para proceder a uma investigação com estas características, fazem parte as classes de situações propostas por Vendler (1967)¹, bem como o dinamismo subjacente à reflexão de Moens (1987) e o seu conceito de núcleo (estrutura tripartida composta por um processo preparatório, uma culminação e um estado conseqüente), a partir do qual podem ser descritas todas as situações que constituem objeto de localização temporal. Deste modo, iremos evidenciar o papel determinante que desempenha a estrutura interna das situações, quer na localização temporal, quer na ordenação relativa dos estados de coisas. Veremos como a informação aspectual se reveste de uma importância decisiva na determinação do avanço temporal da narrativa.

De acordo com propostas que emergiram mais insistentemente ao longo da última década no âmbito da lingüística textual, assumimos que há duas dimensões no significado dos tempos verbais: uma referencial ou semântica e outra discursiva ou textual. Tendo como base as descrições semânticas propostas para os diferentes tempos verbais do português, procuraremos determinar os seus valores discursivos. Esta concepção está de acordo com a perspectiva segundo a qual as pistas lingüísticas funcionam como instruções para o processamento mental da informação.

Quanto aos adverbiais temporais, adotamos a classificação de Borillo², a qual prevê cinco classes: adverbiais inclusivos, pontuais, durativos, de realização e freqüenciais.

Sendo a temporalidade de qualquer texto delineada pela ação conjunta das unidades atrás enumeradas, uma investigação que se pretenda completa deverá descrever essa interação. É o que procuramos realizar, a partir de uma seqüência narrativa inserida em texto autêntico.

¹ Seguindo a proposta de Campos e Xavier (1991, p. 320-321) de tradução das classes de Vendler, designamos por evento instantâneo um *achievement* e por evento prolongado um *accomplishment*.

² Tipologia descrita em Campos e Xavier (1991, p. 307-312).

A estrutura deste trabalho é a seguinte: começaremos pela delimitação do conceito de seqüência narrativa. Em seguida, apresentaremos o excerto narrativo de uma carta que selecionamos como objeto de estudo e procederemos à explicitação das relações temporais que emergem da interação entre as unidades que manifestam valores temporais. Para concluir, destacaremos as principais idéias suscitadas por esta investigação.

O conceito de seqüência narrativa

Na teorização de Adam (1999, 2001), verificou-se o progressivo abandono da idéia de uma classificação de textos em favor de uma tipologia seqüencial. Tal evolução ficou a dever-se à constatação da profunda heterogeneidade discursiva que caracteriza a maioria das práticas verbais humanas. Para este autor, a seqüência, enquanto plano de organização da textualidade, constitui o nível que serve de base à elaboração de uma classificação. A sua tipologia é fundada na hipótese segundo a qual existe um número restrito de esquemas seqüenciais prototípicos: narrativo, descritivo, explicativo, argumentativo (todos monogerados) e dialogal (poligerado).

Entre os quatro tipos monogerados, apenas o narrativo se caracteriza por uma organização de natureza cronológica, em contraste com a organização retórico-argumentativa dos restantes três. Esta evidência justifica que, numa primeira abordagem da temporalidade ao nível textual, se privilegie a análise de seqüências narrativas.

A seqüência, como unidade textual, é ela própria composta por macroproposições que são, por sua vez, constituídas por proposições. Mas que propriedades caracterizam as seqüências de tipo narrativo?

A especificidade da seqüência narrativa é definida por um conjunto de características que passamos a explicitar, necessariamente de forma resumida. Uma narrativa consiste basicamente numa sucessão de eventos, processo caracterizado por relações de causalidade, o qual redundando na transformação de predicados – relativos a um ou mais sujeitos (que garantem a unidade temática) – e contém uma avaliação final explícita ou implícita.

Adam concebe as seqüências narrativas como estruturas composicionais formadas por cinco macroproposições; entre a situação inicial (Pn1)³ e a situação final (Pn5), encontram-se as fases propriamente narrativas: complicação (Pn2), ações ou avaliação (Pn3) e resolução (Pn4), segundo o esquema que a seguir se apresenta⁴.

³ Pn designa proposição narrativa.

⁴ Adaptado a partir de Adam (1999, p. 66).

Situação inicial	Complicação	Ações ou avaliação	Resolução	Situação final
Pn1	Pn2	Pn3	Pn4	Pn5

Saliente-se que as macroproposições não ocorrem necessariamente por esta ordem no discurso, e é mesmo possível que não se manifestem as cinco em todas as narrativas. Se é difícil conceber uma narrativa sem as três fases centrais (na medida em que motivam a transformação de predicados, segundo o movimento Pn1 > Pn5), já a situação final pode ser omitida sem que a interpretação global seja afetada.

A situação inicial (Pn1) «établit surtout les éléments constitutifs du “monde” de l’histoire racontée»⁵. De fato, esta macroproposição configura uma introdução narrativa, na qual se expõem as circunstâncias que determinam o estado em que inicialmente se encontram as personagens, assim como as relações que mantêm. Na perspectiva de Labov (1972), responde às questões “quem?”, “onde?”, “quando?” e “o quê?”.

A complicação (Pn2) caracteriza-se pela destruição do equilíbrio e da imobilidade de Pn1, através da introdução de motivos dinâmicos, os quais se revelam decisivos no desenvolvimento posterior da intriga. Segundo Labov, esta fase narrativa deverá responder à pergunta “o que aconteceu então?”.

A macroproposição Pn3 engloba um conjunto de ações que representa «le noyau actionnel»⁶ da intriga.

A resolução (Pn4) apresenta uma relação de simetria com Pn2, na medida em que, se esta espoleta a tensão que serve de mote à intriga, aquela promove o movimento oposto de distensão. Esta propriedade foi apontada como relevante por vários autores, entre os quais Adam e Tomachevski. Como critério de reconhecimento, Labov sugere que a fase de resolução responde à questão “o que aconteceu por fim?”.

A situação final (Pn5) decorre dos acontecimentos que se atestam em Pn4. Nela, explicita-se o estado final dos protagonistas da narrativa, estado esse que, por força das transformações ocorridas em Pn2, Pn3 e Pn4, contrasta inevitavelmente com o que foi apresentado em Pn1. Como dissemos, esta macroproposição pode não se manifestar na superfície discursiva (o que se verifica, aliás, na sequência narrativa que será objeto da nossa investigação).

⁵ Adam (2001, p. 55).

⁶ Adam (2001, p. 51).

Apresentação da seqüência narrativa analisada

A seqüência que vamos analisar foi extraída de uma carta redigida na cidade da Amadora (um município do distrito de Lisboa), em 19 de abril de 1993, por um dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista (PS). Nela, o autarca expõe ao líder do PS os procedimentos utilizados por vereadores de dois partidos (o PS e o Partido Social Democrata – PSD) para obterem meios de financiamento, designadamente solicitando dinheiro a agentes e empresas de construção civil em troca da aprovação de projectos de construção.

O autor da carta pretende esclarecer um mal-entendido que se gerou no seio do PS: sustenta que se limitou a angariar dinheiro em favor do partido e não em seu próprio favor, como outros vereadores do mesmo partido alegadamente terão feito. Com este esclarecimento, pretende não ser prejudicado na constituição das listas de candidatos à mesma autarquia nas eleições seguintes (que ocorreriam em finais de 1993).

A carta foi integralmente publicada na edição de 10 de maio de 2003 do semanário “Expresso”.

Transcrevemos, a seguir, a seqüência narrativa que será posteriormente objecto de análise. Por facilidade de identificação, antepusemos letras minúsculas (de [a] a [z]) a cada proposição, e numeração romana (de [I] a [IV]) aos adverbiais temporais.

[a] [I] No início deste mandato os três vereadores do PS acordaram com os três vereadores do PSD [b] em se organizarem em grupos de influência junto dos investidores do Município da Amadora, na área da gestão urbanística, [c] tendo em vista obter proveitos financeiros. [d] A estratégia passava por [e] mandar retirar das Sessões de Câmara os processos mais «atraentes» [f] para [II] em seguida um vereador de cada partido contatar os proprietários [g] negociando com eles a contrapartida financeira para cada um dos dois partidos. [h] O camarada A. M. era o representante do PS em tão «nobre missão», [i] que a cumpriu com rara competência [III] até há cerca de 15 dias, [j] onde por manifesto acaso descobri [I] que [IV] já havia desonestidade dentro de outra desonestidade [m] e as contas não batiam certas. [n] Em mais uma destas ações, o camarada A. M. negociou com o empresário H. C., proprietário do Centro Comercial Babilônia, a importância de 10.000 contos para o PS em nome da aprovação do projeto. [o] Fez a entrega

do citado cheque ao camarada A. N. com a indicação [p] que deveriam ser entregues ao PSD 5000 contos, ou seja 50% daquele cheque. [q] Em conversa acidental com este empresário fui informado [r] que ao mesmo tinham sido pedidos 20.000 contos para os dois partidos [s] e que ele tinha passado dois cheques, um para cada partido, no valor de 10.000 contos cada. [t] Promovi uma reunião com os dois camaradas e com outras pessoas [u] e a situação esclareceu-se. [v] De fato tinham sido passados dois cheques [x] e aquele [z] que estava em poder do camarada A. N. era na totalidade para o PS.

Os tempos verbais que ocorrem nesta seqüência narrativa são os seguintes:

- pretérito perfeito simples: oito ocorrências;
- pretérito imperfeito: seis ocorrências;
- pretérito mais-que-perfeito composto: três ocorrências;
- futuro do passado: uma ocorrência.

Trata-se, em todos os casos, de tempos verbais da esfera do passado; de fato, narrar consiste em estruturar verbalmente um conjunto de experiências, geralmente perspectivadas a partir de um intervalo de tempo posterior àquele em que ocorreram, quer estejamos no plano da realidade extralingüística ou em qualquer outro⁷. O número de ocorrências reforça a idéia segundo a qual o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito são os tempos gramaticais mais utilizados na narração em português, embora se ateste também o pretérito mais-que-perfeito em número significativo.

Relativamente às classes de estados de coisas, são atestados dez eventos instantâneos, sete estados, cinco eventos prolongados e uma atividade. O quadro seguinte associa as classes de situações referidas aos tempos (e modos) verbais.

Ocorrem ainda seis formas verbais no infinitivo e uma no gerúndio⁸.

⁷ Recorde-se, todavia, o caso dos relatos de competições desportivas, por exemplo, em que a narração dos acontecimentos é quase simultânea aos eventos narrados.

⁸ Não contabilizamos como forma nuclear de sintagma verbal a ocorrência tendo, na medida em que faz parte de uma locução verbo-nominal (*tendo em vista*), com valor equivalente ao de uma locução conjuncional subordinativa final (como *para que*). Sublinhe-se ainda que duas das formas de infinitivo constituem uma locução verbal (notada [e]: *mandar retirar*). Encontra-se uma outra forma de infinitivo (na voz passiva) na locução verbal incluída em [p] (*deveriam ser entregues*).

	Estados	Eventos instantâneos	Eventos prolongados	Atividades	Total
Pr. Perfeito		6	2		8
Pr. Imperfeito	6				6
Pr. MQP		1	2		3
Fut. do passado	1				1
Infinitivo		3	1		4
Gerúndio				1	1
Total	7	10	5	1	

A macroproposição correspondente a Pn1 decorre desde o início da seqüência até ao surgimento do adverbial [III]. Ao longo deste segmento discursivo, apresenta-se o conjunto de circunstâncias que constituem o ponto de partida para os eventos narrados subsequentelemente, através da resposta às questões “quem?” (os vereadores do PS e do PSD), “onde?” (no município da Amadora), “quando?” (no início deste mandato) e “o quê?” (acordaram um dado plano, que se descreve detalhadamente).

A fase da complicação (Pn2) inicia-se com o advérbio relativo *onde* e prossegue até ao final desse segundo parágrafo (*as contas não batiam certas*). Inclui o acontecimento que subverte a situação estabelecida em Pn1. A passagem de Pn1 a Pn2 é linguisticamente marcada pela ocorrência do adverbial [III] – que delimita a fronteira final de um intervalo de tempo – e pela flexão pessoal da forma verbal incluída em [j] – atesta-se a ocorrência da 1.^a pessoa (*descobri*), após alguns enunciados na 3.^a pessoa.

Na macroproposição Pn3 (introduzida por um adverbial de referência em posição inicial de parágrafo), é relatado, retrospectivamente, o conjunto de ações que configuram o núcleo da narrativa e que confirmam a tese avançada em Pn2 (*havia desonestidade dentro de outra desonestidade*). Esta fase narrativa termina no final da proposição [s] (*no valor de 10.000 contos cada*).

A resolução (Pn4) inicia-se com a proposição [t] e prolonga-se até ao final da seqüência transcrita. É marcada, tal como Pn2, por uma forma verbal flexionada na 1.^a pessoa (*promovi*), o que parece reforçar a simetria entre estas duas macroproposições.

A macroproposição correspondente à situação final (Pn5) não se manifesta nesta seqüência narrativa. Por outras palavras, não se procede no texto à explicitação da situação resultante dos eventos narrados em Pn2, Pn3 e Pn4.

Refira-se, antes de passarmos à sua análise, que a carta apresenta algumas incorreções de pontuação e até casos de agramaticalidade, os quais serão assinalados apenas se se revelarem pertinentes para a análise a efetuar.

Pn1 – Situação inicial

[a] [I] No início deste mandato os três vereadores do PS acordaram com os três vereadores do PSD [b] em se organizarem em grupos de influência junto dos investidores do Município da Amadora, na área da gestão urbanística, [c] tendo em vista obter proveitos financeiros.

[d] A estratégia passava por [e] mandar retirar das Sessões de Câmara os processos mais «atraentes» [f] para [II] em seguida um vereador de cada partido contatar os proprietários [g] negociando com eles a contrapartida financeira para cada um dos dois partidos. [h] O camarada A. M. era o representante do PS em tão «nobre missão», [i] que a cumpriu com rara competência [III] até há cerca de 15 dias [...]

O princípio da seqüência narrativa em análise é marcado pela ocorrência de um adverbial temporal que serve de ponto de referência à localização do estado de coisas [a]. *No início deste mandato*⁹ (notado [I] na transcrição atrás apresentada) constitui um adverbial temporal inclusivo. Esta classe de adverbiais designa um intervalo de tempo dentro do qual ocorre um ou mais eventos, não se verificando, portanto, sobreposição total entre os intervalos de tempo referidos pelo adverbial e pelo tempo verbal.

[I] serve, então, de ponto de referência para o estado de coisas designado pela proposição em que está incluído. [a] contém uma forma verbal flexionada no pretérito perfeito e indica um evento instantâneo¹⁰, o qual ocorre dentro do intervalo de tempo delimitado por [I].

[b] e [c] contêm formas verbais no infinitivo e, por esse motivo, localizam-se em função da oração subordinante [a]. Aquelas duas proposições estão ligadas por uma locução verbo-nominal (*tendo em vista*) com significado equivalente ao de uma conjunção ou locução conjuncional subordinativa final. Constituindo [c] a finalidade de [b], ordenam-se seqüencialmente – [b] precede [c] – análise consentânea com descrições dos valores do infinitivo que dão conta dos seus valores de simultaneidade ou de posterioridade em relação a um dado momento de referência¹¹ (neste caso, marcado pela forma verbal contida em [a]). Para a relação seqüencial entre estes dois estados de coisas parece-nos igualmente relevante o fato de ambos confi-

⁹ Os mandatos autárquicos têm a duração de quatro anos; o início do mandato em questão coincide com os primeiros meses de 1990.

¹⁰ Saliente-se que Vendler (1967) defendeu que a sua proposta consistia numa classificação não de verbos isolados mas de sintagmas verbais. E, desde a obra de Moens (1987), generalizou-se a idéia segundo a qual, para a determinação da classe de estados de coisas referida, há que tomar em consideração o enunciado na sua globalidade.

¹¹ Cf. Oliveira e Lopes (1995).

gurarem eventos ([b] um evento prolongado, [c] um evento instantâneo): só após a culminação de [b] se pode verificar [c].

[d] inclui uma forma verbal no pretérito imperfeito e refere um estado em cujo intervalo de tempo se integra o evento instantâneo [a], pelo que há sobreposição parcial entre os intervalos de tempo referidos por [d] e por [I]. A fronteira final deste estado é delimitada pelo adverbial temporal com a notação [III] (*até há cerca de 15 dias*).

As proposições [e], [f] (ambas configuram eventos instantâneos) e [g] (uma atividade) estão também incluídas no intervalo de tempo delimitado pelo estado [d]. No caso dos dois eventos instantâneos, verifica-se uma relação temporal de precedência: [e] precede [f], relação marcada pela ocorrência do adverbial temporal pontual [II]. Na verdade, uma forma verbal flexionada em tempo localiza indiretamente os estados de coisas referidos por formas de infinitivo; quando se torna necessário proceder à ordenação temporal de vários estados de coisas no infinitivo, então é possível recorrer a adverbiais temporais (como *em seguida*). Também o fato de se tratar de dois eventos – estados de coisas com uma culminação inerente à sua estrutura temporal interna – parece-nos ser relevante para esta ordenação seqüencial das situações que designam.

A relação de posterioridade de [g] relativamente a [f] é marcada de forma diferente. Neste caso, é o uso de uma determinada estrutura sintática (oração subordinada gerundiva, designada “de posterioridade” ou “coordenada”), que propicia a seguinte ordenação seqüencial: [f] precede [g]. Estas orações gerundivas ocorrem em posição final e são semanticamente equivalentes a orações subordinadas consecutivas, sendo interpretadas como posteriores em relação à oração subordinante que as precede¹².

Em suma, [d] configura um estado em cujo intervalo de tempo se incluem dois eventos instantâneos – [e] e [f], com formas verbais no infinitivo – e uma atividade – [g], com forma verbal no gerúndio. Estes três estados de coisas ordenam-se do seguinte modo: [e] precede [f] que, por sua vez, precede [g]. Tal ordenação é marcada pelo uso de um adverbial temporal (entre [e] e [f]) e de uma estrutura sintática (oração subordinada gerundiva).

[h], com forma verbal no pretérito imperfeito, é um estado concomitante a [d]; [i] designa um evento prolongado cujo intervalo de tempo se sobrepõe parcialmente a [h], com fronteira inicial posterior a [a] e delimitado à direita pelo adverbial temporal durativo [III]. Na verdade, é o fato de surgir associado a este adverbial e ao estado referido em [h] que faz com que [i], no

¹² «A relação de ordenação temporal entre orações em que ocorre o gerúndio e as orações principais parece ser função, em certos casos, da posição da oração gerundiva. [...] [Quando] a oração finita precede a oração gerundiva, [...] o estado de coisas descrito nesta última [é] ordenado temporalmente como posterior ao descrito na primeira», Mateus et alii (1989, p. 85). Cf. também Bechara (1999, p. 523) e Cunha e Cintra (1988, p. 489).

qual se inclui a forma verbal *cumpriu*, designe um evento prolongado. A estrutura temporal interna primária daquele verbo configura um evento instantâneo; mas, tratando-se de um evento temporalmente incluído no estado [h] (o qual tem como limite inicial o intervalo de tempo designado pelo adverbial [I]) e tendo como fronteira final o intervalo indicado pelo adverbial [III], é conferido o traço semântico [+ durativo] a este estado de coisas. Deste modo, verifica-se uma transição do valor primário (da forma verbal) de evento instantâneo para um valor final de evento prolongado¹³.

Na situação inicial que analisamos, há algumas idéias a destacar. Desde logo, o papel insubstituível dos adverbiais temporais, quer na localização temporal exata dos estados de coisas, quer na ordenação que promovem entre situações apresentadas sem o recurso aos tempos verbais (caso das orações subordinadas infinitivas). Os adverbiais temporais inclusivo e durativo (respectivamente, [I] e [III]) marcam as fronteiras inicial e final do intervalo de tempo no qual se inscrevem os estados de coisas notados de [a] a [i]; a localização que efetuam é mais exata do que a dos tempos verbais. Na sua dimensão referencial, estes apenas localizam, de modo vago, os estados de coisas em relação ao momento da enunciação, segundo os parâmetros de anterioridade, simultaneidade e posterioridade.

Em termos da estrutura narrativa, o adverbial temporal [III] desempenha ainda um papel relevante, na medida em que contribui para assinalar a passagem da fase da situação inicial para a fase da complicação. Quanto ao adverbial temporal pontual [II], ele permite que, sem ambiguidade, se interprete a situação [f] como subseqüente à situação [e].

Por outro lado, as proposições que incluem formas verbais no pretérito imperfeito referem estados que se caracterizam pela simultaneidade. É o que acontece com [d] (concomitância em relação a [I], e inclusão do evento instantâneo [a]) e com [h] (simultaneidade relativamente a [d]). Dado que o uso do pretérito imperfeito promove a emergência de estados (por definição durativos e sem fronteiras definidas de modo inerente), é comum eles sobreporem-se temporalmente e incluírem, no intervalo de tempo que ocupam, situações da classe dos eventos.

No que diz respeito ao pretérito perfeito, a proposição que inicia o texto ([a]) introduz um evento integrado num intervalo de tempo cuja duração não é exata. Após outro pretérito perfeito (caso de [i]), indica uma situação integrada no intervalo de tempo ocupado por um estado ([h], cuja forma verbal se encontra flexionada no imperfeito) e posterior a [a] (que contém um verbo no preté-

¹³ No que diz respeito ao evento [i], o adverbial [III] carreou um processo preparatório. Uma das mais relevantes propriedades do modelo de Moens (1987) é justamente o dinamismo; na teorização deste autor, estão previstas as transições possíveis entre as diferentes classes de estados de coisas por ação de unidades linguísticas como os tempos verbais, os adverbiais temporais e os argumentos internos e externos.

rito perfeito), fazendo avançar, portanto, a linha narrativa principal.

Pn2 – Complicação

[...] [j] onde por manifesto acaso descobri [I] que [IV] já havia desonestidade dentro de outra desonestidade [m] e as contas não batiam certas..

O advérbio relativo *onde*¹⁴ (que remete para o antecedente notado [III]), constitui o ponto de referência do estado de coisas referido na proposição [j], um evento instantâneo posterior a [i]. De fato, o intervalo denotado pelo adverbial durativo [III], porque assinala o limite final de um dado intervalo de tempo, marca a fronteira entre a culminação do evento prolongado [i] e o momento de ocorrência do evento instantâneo [j]. Como se trata, nos dois casos, de eventos (estados de coisas com fronteiras delimitadas), avança o ponto de referência da linha narrativa principal, o que se fica a dever, uma vez mais, ao uso do pretérito perfeito.

Inversamente, o advérbio *já* (notado [IV]) marca a fronteira inicial de um dado intervalo, necessariamente anterior a [j]. O estado [I], com forma verbal no pretérito imperfeito, localiza-se, por conseguinte, num intervalo de tempo cujo início precede o evento instantâneo [j], mas que o inclui. A interpretação mais adequada parece-nos ser a que sobrepõe na totalidade este estado ao evento prolongado [i]. O estado [m], que integra uma forma verbal flexionada no pretérito imperfeito, é concomitante a [I].

O pretérito perfeito marca novamente uma evolução temporal na narrativa. O pretérito imperfeito refere, uma vez mais, estados caracterizados pela concomitância entre si e pela inclusão de eventos no intervalo de tempo que denotam. No caso específico dos estados [I] e [m], e também por ação do adverbial [IV], eles remetem para um intervalo de tempo com fronteiras vagas: iniciam-se num momento anterior a [III] e englobam-no, tal como os eventos [i] e [j]. O adverbial [IV] limita-se a assinalar, num momento anterior ao da enunciação, o início de um intervalo de tempo e não uma localização temporal exata.

Pn3 – Ações

¹⁴ Segundo a norma europeia do português, esperar-se-ia aqui o uso da conjunção subordinativa temporal *quando*.

[n] Em mais uma destas ações, o camarada A. M. negociou com o empresário H. C., proprietário do Centro Comercial Babilônia, a importância de 10.000 contos para o PSD em nome da aprovação do projeto. [o] Fez a entrega do citado cheque ao camarada A. N. com a indicação [p] que deveriam ser entregues ao PSD 5000 contos, ou seja 50% daquele cheque. [q] Em conversa accidental com este empresário fui informado [r] que ao mesmo tinham sido pedidos 20.000 contos para os dois partidos [s] e que ele tinha passado dois cheques, um para cada partido, no valor de 10.000 contos cada.

Nesta macroproposição narrativa, o adverbial *em mais uma destas ações* revela-se um elemento importante, quer na estruturação da narrativa, quer na expressão das relações temporais. De fato, denotando a situação relevante para ilustrar uma tese defendida na fase anterior e salientando-a de outras situações similares, ele introduz uma nova macroproposição na estrutura narrativa. Na teorização sobre coerência relacional de Mann e Thompson (1988)¹⁵, esta relação designa-se evidência e define-se pela ligação conceptual entre um núcleo – uma dada idéia ou argumento (mencionada em Pn2) – e um satélite – informação adicional (exposta em Pn3) com o objetivo de aumentar a crença do receptor no argumento apresentado.

A relação de evidência permite explicar convenientemente o fato de o adverbial em questão assinalar anterioridade relativamente a [III], fornecendo um novo ponto de referência para o evento [n]. O intervalo de tempo deste evento prolongado (com forma verbal flexionada no pretérito perfeito) está incluído no intervalo, mais extenso, ocupado pelo referente do adverbial *em mais uma destas ações*. O evento instantâneo [o], também com forma verbal no pretérito perfeito, é subseqüente a [n].

No caso da locução verbal incluída na proposição [p], o verbo auxiliar está flexionado no futuro do passado (*deveriam*), enquanto o verbo principal se encontra no infinitivo na voz passiva (*ser entregues*). Assim sendo, configura [p] um estado cuja localização temporal é posterior a [o].

O adverbial *em conversa accidental com este empresário* assinala um ponto de referência que é posterior a [p]¹⁶ e em cujo intervalo de tempo se inclui o evento instantâneo [q], com forma verbal no pretérito perfeito. É também a flexão desta forma verbal que permite a interpretação segundo a

¹⁵ MANN, William; THOMPSON, Sandra. Rhetorical Structure Theory: Toward a Functional Theory of Text Organization. *Text* 8 (3), 1988, p. 243-281.

¹⁶ Não se tratando de um adverbial temporal, essa relação de posterioridade é assinalada de modo indireto, devido à linearidade do discurso: tipicamente, e se não houver instruções em contrário, o que é discursivamente posterior também o é na realidade extralingüística. Logo, *em conversa accidental com este empresário* configura um ponto de referência subseqüente ao que foi introduzido por *em mais uma destas ações*.

qual a localização do evento instantâneo é posterior a [o] e a [p] (embora este estado de coisas não tenha uma fronteira final definida).

Já o evento instantâneo e o evento prolongado notados [r] e [s], por conterem formas verbais flexionadas no pretérito mais-que-perfeito, localizam-se num intervalo de tempo anterior a [q]. Os dois eventos ordenam-se sequencialmente: [r] é anterior a [s]. Não se deve concluir, todavia, que esta ordenação é propiciada pelo fato de surgirem duas formas verbais consecutivas no pretérito mais-que-perfeito. O conceito de guião (ou *script*) é, neste caso, pertinente.

A noção de guião recobre uma estrutura de informações que representam tipicamente uma situação ou um referente; por exemplo, um conjunto de ações ordenadas e estereotipadas de um determinado domínio de atividades como *almoçar*. Ao mencionar uma das informações que constituem essa estrutura, todas as outras se tornam acessíveis. O estado de coisas *almoçar* permite ao destinatário ativar informações como talheres, prato, guardanapo, sobremesa, etc., ou seqüências de ações temporalmente ordenadas, como ingerir sopa, peixe ou carne, fruta ou doce. Constituindo um sistema de conceitos relacionados de tal modo que a compreensão de um resulta na acessibilidade e compreensão dos outros, a noção de guião facilita a compreensão das relações temporais entre diversas situações, e permite descrever por que razão interpretamos [s] como sendo posterior a [r]. Tratando-se de uma forma de transação, tipicamente solicita-se primeiro uma dada quantia e só de seguida se procede ao pagamento, através do preenchimento e da entrega do cheque, por exemplo. O mesmo conceito permite concluir igualmente que os dois eventos são anteriores a [o].

O uso do pretérito mais-que-perfeito subverte no discurso a ordem pela qual as situações sucederam na realidade extralingüística. Retomemos os últimos três estados de coisas analisados; eles são textualmente apresentados pela sucessão [q] > [r] > [s]; dado que [r] e [s] configuram eventos com forma verbal no pretérito mais-que-perfeito (logo, introduzem um evento anterior ao último ponto de referência dado), na realidade extralingüística, estas situações deram-se segundo a ordenação [r] > [s] > [q].

Nesta macroproposição, há que salientar, entre outras idéias, a profusão de eventos (instantâneos e prolongados): cinco em seis estados de coisas referidos. Relaciona-se com este dado a ocorrência de três formas verbais no pretérito perfeito e, em particular, a ausência de ocorrências no pretérito imperfeito. Sendo prematuro extrair deste fato alguma conclusão definitiva, não deixa de constituir uma combinação potencialmente significativa em relação a esta fase da narrativa. Na verdade, não é de estranhar que haja a expectativa de, proporcionalmente, serem atestados mais eventos nesta proposição narrativa do que na macroproposição relativa à apre-

sentação da situação inicial ou da situação final, por exemplo.

Quanto ao seu valor discursivo, verifica-se, novamente, que o uso do pretérito perfeito promove o avanço temporal da narrativa: [n] precede [o] que, por sua vez, precede [q].

Refira-se ainda a importância de que se podem revestir certos adverbiais sem função de localização temporal (como *em mais uma destas ações e em conversa acidental com este empresário*)¹⁷. Não localizando no eixo do tempo as proposições em que estão integrados, partilham com os adverbiais temporais inclusivos a propriedade de a situação descrita na proposição em que ocorrem se dar no interior do intervalo de tempo que eles denotam (ainda que este intervalo seja implícito, no que se distinguem dos adverbiais inclusivos). Há também mecanismos de natureza anafórica que são relevantes: o sintagma *estas ações* remete para os antecedentes notados [e], [f] e [g], tal como *este empresário* remete para um sujeito referido em [n]. Mas a análise proposta evidencia que tais adverbiais, não possuindo primariamente uma função de localização no tempo, podem contribuir de modo decisivo para a expressão de relações temporais, sobretudo pela ordenação relativa que propiciam.

Em termos da estrutura composicional da narrativa, sublinhe-se que, surgindo discursivamente após Pn2, Pn3 não configura necessariamente um conjunto de ações posteriores aos eventos apresentados em Pn2. Segundo a relação de evidência (exposta no âmbito de reflexões de Mann e Thompson sobre coerência relacional), Pn3 pode narrar uma série de estados de coisas que se localizam temporalmente num intervalo que precede situações referidas em Pn2.

Pn4 – Resolução

[t] Promovi uma reunião com os dois camaradas e com outras pessoas [u] e a situação esclareceu-se. [v] De fato tinham sido passados dois cheques [x] e aquele [z] que estava em poder do camarada A. N. era na totalidade para o PS.

A proposição [t], que contém uma forma verbal no pretérito perfeito, configura um evento instantâneo posterior a [q]. O avanço da narrativa promovido por este tempo verbal verifica-se novamente na proposição [u], a qual constitui também um evento instantâneo subsequente ao intervalo de tempo denotado pelo pretérito perfeito que surgiu anteriormente.

Quanto à proposição [v], com flexão temporal no pretérito mais-que-

¹⁷ Adverbiais que expressam referência (e são introduzidos pela preposição em); cf. Bechara (1999, p. 291, 315), Cunha e Cintra (1988, p. 565).

perfeito, ela localiza um evento prolongado num intervalo anterior a [u]. De fato, [v] decalca a situação referida em [s] (embora, desta vez, haja flexão verbal na voz passiva), pelo que, em termos de localização temporal, [s] e [v] ocupam precisamente o mesmo intervalo.

As duas últimas proposições, [x] e [z], constituem estados com formas verbais no pretérito imperfeito. Referem situações durativas que incluem os intervalos de tempo [t] e [u]. Na verdade, a partir de informação de natureza não temporal que é fornecida no texto, podemos concluir que [x] e [z] se localizam no intervalo de tempo que se inicia imediatamente após [s], o qual se prolonga até (e inclui) [u], sem que haja delimitação de fronteira final.

Nesta última fase manifesta da narrativa, voltamos a destacar duas ideias já referidas anteriormente: o pretérito perfeito promove o avanço temporal da narrativa; o pretérito imperfeito, não.

Conclusões

Relembramos, na parte final deste artigo, as principais idéias a reter da análise efetuada. Sublinhamos não só os valores semânticos e discursivos dos tempos verbais, como também a complementaridade que se verifica entre tempos gramaticais e adverbiais de localização temporal na sua função de indicar intervalos no eixo do tempo.

Na verdade, embora contribuindo para a localização temporal dos estados de coisas referidos nas proposições em que surgem, os adverbiais temporais e os tempos verbais fazem-no de modo diverso. Os tempos gramaticais localizam as situações segundo os parâmetros de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade em relação ao momento da enunciação ou a um outro momento de referência. Os adverbiais de localização temporal (como *no início deste mandato* ou *até há cerca de 15 dias*) podem localizar os estados de coisas de modo mais exato, menos vago¹⁸.

A redundância que o uso de ambos os mecanismos propicia é só aparente. De fato, trata-se de dois meios lingüísticos de localização temporal que se complementam. Os tempos verbais, além de localizarem o estado de coisas num momento relativo ao ato de enunciação ou a outro momento de referência, servem ainda para configurar (juntamente com outros elementos do enunciado) a estrutura interna desse mesmo estado de coisas: eventos, no caso do pretérito perfeito, e estados, no caso do pretérito imperfeito. E, desse modo, desempenham uma função discursiva importante, nomeadamente ao nível da ordenação temporal relativa das situações, forne-

¹⁸ Todavia, recorde-se que, entre os adverbiais temporais, os chamados adverbiais de localização aspectual (como *durante cinco minutos*, *em cinco minutos* ou *frequentemente*; cf. Campos e Xavier (1991, p. 311-312)) não procedem a uma localização no tempo dos estados de coisas a que surgem associados; antes remetem para a estrutura interna da situação referida.

cendo pistas ao destinatário do discurso, no sentido de facilitar a construção de uma representação mental coerente. Continuariam os tempos verbais, por conseguinte, a dar um contributo imprescindível para a interpretação adequada dos enunciados, mesmo se desvalorizássemos o seu valor estritamente referencial quando usados conjuntamente com adverbiais temporais.

O pretérito perfeito semanticamente designa eventos localizados num intervalo anterior ao momento da enunciação. Os eventos configuram situações temporalmente delimitadas que promovem o avanço temporal, pelo que, discursivamente, o pretérito perfeito inscreve os estados de coisas referidos no primeiro plano, fazendo avançar a linha narrativa principal. Este plano integra as situações às quais o receptor deverá prestar maior atenção, de modo a interpretar adequadamente a narrativa.

O pretérito imperfeito semanticamente indica um estado suscetível de incluir um ou mais eventos. Não possuindo limites intrínsecos, esse estado pode ter fronteiras delimitadas por adverbiais temporais; é o caso de [d] e de [h], estados cujos limites inicial e final são estabelecidos, respectivamente, pelos adverbiais [I] e [III]. Também outros estados de coisas podem delimitar as suas fronteiras: o estado [z], por exemplo, tem como limite inicial a situação referida em [o]. Discursivamente, o uso deste tempo verbal configura o segundo plano no qual se inscrevem os estados de coisas menos salientes, não fazendo avançar a linha narrativa principal. Mas não se deve concluir que as situações referidas no pretérito imperfeito são, para a narrativa, irrelevantes ou mesmo dispensáveis. Tal atitude seria equivalente à do espectador que, numa peça de teatro, só presta atenção ao que se passa na boca de cena; ou à do maestro que, num concerto para violino, dispensa todos os outros instrumentos. As situações referidas no pretérito imperfeito consistem em material não sequencial que têm como função apoiar, sublinhar, explicar e comentar os eventos do primeiro plano.

O pretérito mais-que-perfeito inscreve um evento num intervalo anterior ao ponto de referência dado. Inversamente, o futuro do passado localiza os estados de coisas num intervalo posterior ao momento de referência. Em ambos os casos, o ponto de referência é anterior ao momento da enunciação. Destes quatro tempos verbais, apenas o pretérito perfeito faz mover o ponto de referência no eixo temporal.

A relação temporal de sobreposição com o ponto de referência (e de eventual inclusão de eventos), típica dos estados, e a relação de sequencialização, própria dos eventos, resulta do fato de aqueles não possuírem fronteiras inerentes e de estes constituírem situações temporalmente delimitadas. De fato, uma sucessão de entidades discretas, como os eventos, proporciona uma interpretação sequencial, uma progressão no eixo do tempo. É o conjunto de relações temporais entre situações estativas e não estativas que caracteriza a menor ou maior dinâmica das narrativas, conso-

ante se verifique o predomínio de umas ou de outras.

A análise desta sequência narrativa evidencia a complexidade de que se reveste a expressão da temporalidade ao nível textual. Tal complexidade justifica uma abordagem cujo foco seja a descrição do modo como interagem as diferentes unidades que intervêm na formação de um quadro temporal coerente.

Referências Bibliográficas

ADAM, Jean-Michel. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Éditions Nathan, 1999.

_____. *Les textes: types et prototypes*. 4. éd. Paris: Éditions Nathan, 2001.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa; XAVIER, Maria Francisca. *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988.

KAMP, Hans; ROHRER, Christian. Tense in texts. In BÄUERLE, Rainer et alii (Eds.). *Meaning, use, and interpretation of language*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1983, p. 250-269.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. *Language in the inner city*. Oxford: Basic Blackwell, 1972, p. 354-396.

MANN, William. An introduction to Rhetorical Structure Theory (RST). <http://www.sil.org/~mannb/rst/rintro99.htm>, 1999 (consulta efectuada em 05-06-2003).

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MOENS, Marc. *Tense, aspect and temporal reference*. Edinburgh: University of Edinburgh, 1987.

OLIVEIRA, Fátima; LOPES, Ana Cristina Macário. Tense and aspect in portuguese. In: THIEROFF, Rolf (Ed.). *Tense systems in European languages*. Vol. II. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1995, p. 95-115.

VENDLER, Zeno. Verbs and times. *Linguistics in philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967, p. 97-121.